

## SELETA

# SENHORES, COLONOS E ESCRAVOS

Ernani Silva BRUNO

Foi nesta etapa de sua formação (segunda metade do século XIX) que o Brasil meridional revelou em sua estrutura social, a despeito da manutenção do regime de cativo - alimentado sobretudo ainda pelas culturas canavieira e cafeeira - uma tendência já mais definida no sentido da formação de uma classe média (representada notadamente por pequenos proprietários rurais) a que não foi estranha a contribuição de numerosos imigrantes europeus que principalmente a partir de meados do século começaram a se fixar na região.

É evidente, no entanto, que essa tendência não afetou de modo decisivo o poderio dos grandes latifundiários da cana, do café ou da criação de gado, que continuaram comandando e até vendo crescer os seus exércitos de cativos e de mumbavas. Em São Paulo, em meados do século, o recenseamento de Machado de Oliveira indicava a existência de mais de cinquenta e cinco mil cativos, só nas fazendas de café - e em 1866 contaria a província cerca de oitenta mil escravos.

De outra parte, os fazendeiros de café chegaram em certas áreas paulistas - como notou Zaluar em relação à do Bananal, no Vale do Paraíba - concentrar em suas mãos imensas e fabulosas fortunas, observando-se que as pequenas propriedades iam sendo ali absorvidas ou se torando feudatárias ou se incorporando às grandes fazendas. Fenômeno esse que, no entanto, não ocorreu em outras zonas, como, por exemplo, a de Piracicaba, onde a expansão cafeeira parece ter favorecido, ao contrário, o retalhamento das terras e o recuo dos latifúndios. Contribuiu

também para criar na Província de São Paulo a pequena propriedade em escala mais notável o estabelecimento das chamadas “colônias de parceria”, em algumas fazendas, na metade do século. E também o desenvolvimento da cultura algodoeira, assinalando a pesquisadora Alice Canabrava: “Não se pode deixar de reconhecer que a cultura do algodão promovia, com o trabalho livre ao pobre, o desenvolvimento de uma classe social ainda em número insignificante na província, a classe média, à qual pertencia o pequeno lavrador. Proprietário de alguns alqueires de terra, cultivava o algodão apenas com os braços de sua família ou com o auxílio de alguns camaradas ou agregados”.

Nas áreas meridionais da região - ainda mais marcadas pela presença do colono europeu, na época - ocorreu o mesmo. Observa Lallemand, em 1858, que a colônia alemã supria a toda a Província do Rio Grande do Sul “com algo melhor que nabos e couves, isto é com trabalhadores livres”. Eram lavradores, pequenos negociantes, compradores de gêneros do país, e nas cidades artífices e negociantes. A classe do pequeno proprietário rural foi ali um fruto direto da colonização estrangeira, primeiro de alemães, depois de italianos.

As propriedades rurais ostentavam dimensões e edificações - no Brasil meridional - que variavam bastante de acordo com a sua localização e o ramo de atividade a que se dedicavam e também - como é evidente - na medida das possibilidades e recursos de seus donos.

Em São Paulo, de modo geral, as casas de fazenda do oitocentismo - em paralelo com as bandeiristas, doseiscentismo - acusavam como diferenciação principal (segundo as pesquisas de Luís Saia) o fato de que estabeleciam ligação indisfarçável entre o trabalho e a residência, não separando muçulmanamente a família do resto dos moradores. Mas variavam de zona para zona. As do Vale do Paraíba reproduziam, em linhas gerais, os traços da fazenda fluminense: casas enormes, assobradadas, com terraços na frente ou em roda, patamares e escadarias de pedra e o quadrado clássico das senzalas. As sedes das fazendas cafeiras do Vale do Tietê se assemelhavam, até certo ponto, às do Vale do Paraíba. Em Campinas eram comuns as casas de dois pavimentos, freqüentemente com uma escada no centro da fachada. Entre as próprias casas de máquinas, algumas eram casarões de grande vulto, às vezes de dois pavimentos também. Muito mais modestas eram as sedes de fazendas

de criação no Caminho de Góias. Viajando de Casa Branca para Batatais, em 1857, diziam Silva Reis e Lobo Eça em seu Itinerário: “Cumpro notar que o que geralmente por estes lugares chamam fazenda, não passa de uma pequena casa coberta de palha, e cujo morador possui algum gado.” Excepcional devia ser aí a fazenda perto de Guaiuvira, descrita como tendo no andar térreo catorze dormitórios, com janelas guarnecidas de balaústres, e o andar superior todo tomado por um salão de dezesseis janelas.

Nas zonas sulinas do Brasil meridional, onde foi sensível o influxo do colono alemão - como em Santa Catarina - se elaboravam outros tipos de edificações rurais. Notou Lallemand que os colonos da zona de Joinville plantavam de início, nos quatro cantos de seu terreno quatro troncos retos de araçá, lingando-os em cima e em baixo com troncos de açai - e com a mesma palmeira (tronco comprimido contra tronco) enchiam os intervalos. Distinguindo-se das casas de brasileiros por suas chaminés, ficavam entre “as largas folhas das bananeiras, nesta região onde não há inverno”, como reparava Fletcher.

Também a paisagem rural rio-grandense refletiu essa influência do imigrante europeu, na sua área colonial. Os alemães implantaram ali as casas do enxaimel e ajardinadas. Os italianos, as edificações de madeira ou mista, utilizada a pedra no térreo para os trabalhadores da viticultura. Feições tradicionais conservavam, no entanto, as charqueadas, às vezes “encerrando um tal número de brancos, de agregados e de negros de serviço - notava Dreys - “que parece, à primeira vista, uma verdadeira aldeia, com suas ruas e sua capela”. E onde se viam - segundo o mesmo viajante - paredes alvíssimas, “formadas pelos ossos entrelaçados com solidez, sem pedra nem cal, de modo a formarem uma cerca contínua, capaz de se opor aos esforços do gado recolhido nos currais que circunscrevem”.

Dos núcleos urbanos da região, o que mais se desenvolveu foi ainda a cidade de São Paulo, entreposto do açúcar e do café e bafejada, desde 1828, pela circunstância de se tornar a sede de uma Academia de Direito. Mas cujas construções, até além de meados do século, eram todas de taipa. “Os grandes edifícios conventuais de São Paulo” - escrevia Fletcher em 1855 - “e as imensas igrejas de Campinas, cujas paredes têm cinco pés de diâmetro, são feitas de barro comprimido”. Passou, no

entanto, a cidade de São Paulo, em 1872, a contar com serviço de bondes puxados por burros e iluminação a gás na parte central, iniciando-se em 1883 o serviço de esgotos. Nessetempo já se aprimorava e se diversificava o sistema de edificação na capital paulista. Assinalava o viajante Lomonaco, em 1885, que o aspecto geral das construções paulistas contribuía já então para lhe dar um ar de cidade européia - mais que qualquer outro núcleo urbano brasileiro - como salientava anos depois Henri Raffard. No interior de São Paulo se destacava, pelo seu ritmo de desenvolvimento, Campinas, escrevendo o Visconde de Taunay, em 1865, que duvidava houvesse naquele momento, em todo o Império do Brasil, cidade que estivesse sob o influxo de progresso igual ao que se notava ali.

No Paraná, Curitiba - quando se tornou sede da nova província em 1853 - compunha-se de trezentas e oito casas e uma população de quase seis mil habitantes. Lammemant acentuou, alguns anos depois, a dupla natureza da povoação - uma, a velha Curitiba, quando não era capital de uma província, mas modesto lugar com ruas sem pavimentação, casas de madeira, cantos sujos e praças desordenadas, e outra, a nova Curitiba, com sinais de “decisiva regeneração”. Mas em 1865 a descrição do Major Cristiano Pletz não deixava ver ainda tais sinais: “Era uma cidadezinha de pequeno comércio, casas baixas e afastadas umas das outras, janelas sem vidro e fechadas com tramelas de madeira, ruas tortas, angulosas e sem calçamentos, prejudicando o comércio e o trânsito de gado leiteiro. Muito poucas tinham calçadas empedradas. Havia um único sobrado, na Rua Fechada... Diante dos armazens, burros de carga aguardavam - amarrados em estacas - a retomada de seu vaivém habitual para Antonina, pelo caminho de Itupava”. Em 1886, notava Taunay que um dos maiores problemas da cidade era a falta de boa água. “Todos os habitantes se utilizam em geral da que é dada pelos poços abertos nos quintais”. De resto, nessa época parecia ainda uma aldeia, segundo a evocação de Nestor Vítor: “... a péssima iluminação pública, ainda a gás-globo, os perigosos valados em tempo de chuva, de muitos trechos da cidade, quase toda ela ainda por calçar, o mugido das vacas, às vezes em estábulos próximos, tudo contribuía para lhe acentuar a feição acanhada e provinciana”. Entretanto, já então se observavam em sua arquitetura as marcas do influxo alemão. Os beirais alongados desapareciam - escreve Newton Carneiro - dando lugar às casas de frontão alto. As paredes de

taipa ou de adobe davam lugar aos tijolos pequenos, não raro sem revestimento de cal e com a estrutura de madeira à mostra. O ângulo dos telhados se fecha consideravelmente, como à espera de uma neve nostálgica que não chega. Das outras povoações paranaenses da época sabe-se que Paranaguá, em 1882, segundo Herbert Smith, era cidade de ruas mal calçadas, casas espalhadas, caiadas de branco ou de amarelo, “inocentes de ornamentação” e exibindo lojas pequenas, “pendendo de muitas portas couros de onça ou maracajá”. Antonina, no depoimento de Lallemant, em 1858, dispunha de algumas casas bonitas e até suntuosas, particularmente na sua Rua Direita, muitas delas porém inacabadas.

Em Santa Catarina, Desterro (Florianópolis) era povoação modestíssima, onde não havia ruas principais, mas apenas travessas, como escrevia Lallemant, acrescentando que eram melhores que as suas lojas as que vira em pequenas povoações riograndenses como Alegrete ou Itaqui. Cheirava a decadência - assinalava em 1871 Oscar Canstatt: “Praças e ruas irregulares e casas de aspecto muito mesquinho, calçamento coberto de capim ou caminhos sem nenhum calçamento e com profundos sulcos, dão à cidade um aspecto de decadente”. A povoação de São Francisco, na costa norte, era ainda mais insignificante, com muita sujeira e desordem, embora ostentasse - segundo Lallemant - algumas casas grandes e aprazíveis. Ainda esse viajante pintou o retrato de Laguna, na costa sul: “Na grande praça verde, igreja bonita e limpa, e perto um teatro inacabado. Edifícios de arquitetura indeterminada. Ruas estreitas, não calçadas”. E de Lajes, a povoação pioneira do planalto catarinense: “Deve-se convir que é uma vila que tem ruas, duas ou três, até bastante largas e regulares. Mas falta-lhes boa aparência. Quase todas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas”. Outra feição acusavam as povoações de origem germânica, como Joinville e Blumenau. A primeira, em 1858, quando ali esteve Lallemant, devia ter “uns setenta terrenos na melhor ordem e asseio, um ao lado do outro, mas espaçados, de modo que o conjunto das casas lembra menos uma cidade que as casas ajardinadas de um subúrbio rico”. Na mesma época, segundo esse autor, Blumenau tinha muito boa vontade de se tornar cidade. “De igreja, casa da câmara e outros edifícios públicos não se vêem sequer vestígios e são poucas as casas no caminho, que involuntariamente se pergunta: mas onde fica a cidade?”

Dentre os núcleos urbanos rio-grandenses acabou por se destacar marcadamente Porto Alegre, que já na época da Revolução dos Farrapos exibia, segundo Dreys, sua Rua da Praia. “formada por casas geralmente altas, de estilo elegante e moderno e quase todas habitadas por negociantes”. Era cidade das mais regulares - de acordo com a descrição de Lallemant, alguns anos depois - tendo paralelamente à Rua da Praia, à meia altura ou no alto da colina, “bonitas travessas cortadas por várias ruas”. Tudo ali tinha aparência boa e abastada, embora não houvesse igrejas ou edifícios públicos de construção grandiosa, a não ser o teatro, “vistoso demais para uma capital de província”. Canstatt (1871) e Herbert Smith (1882) renovariam loas à capital rio-grandense. O primeiro escreveu que era uma das cidades brasileiras mais regularmente construídas e mais agradáveis, acentuando que o seu mercado (edifício de verdadeira beleza arquitetônica), o teatro, o arsenal de guerra, o seminário, as fontes artísticas, alguns hospitais e muitas outras construções “ficariam bem em qualquer cidade européia”. O segundo apreciou suas ruas todas largas, limpas e bem pavimentadas e o grande número e importância das casas de comércio, “muitas das quais faziam honra ao Rio de Janeiro ou Nova York”.

Também tiveram boa impressão os viajantes Lallemant, Canstatt e Smith da Vila do Rio Grande - com suas ruas largas e regulares e residências e lojas denotando abastança e mesmo luxo, além de um passeio público traçado com muito gosto. E ainda de Pelotas - escrevendo Smith: “A cidade é bem traçada, com ruas largas e número extraordinário de belos edifícios públicos e particulares”. Embora de feição diversa, impressionava bem a povoação de São Leopoldo, o núcleo pioneiro da colonização alemã, descrita por Lallemant: “Uma grande praça verde onde desembocam algumas ruas irregulares. Na principal, as casas se enfileiram ininterruptamente, muitas delas assobradadas e até com seis janelas, mas em sua maioria térreas, de construção maciça, cobertas de telhas, com aparência de lugar abastado ou mesmo rico”. Rio Pardo revelava em meados do século decadência, pois perdera sua condição de entreposto. “Enquanto nas ruas principais se enfileiram magníficas residências - notava Lallement - várias travessas são formadas de boas edificações vazias”. Depois de ter visitado a “alegre São Leopoldo”, Canstatt escreveu que ficou melancólico ao defrontar as ruas desertas, as paredes pardacentas e as casas meio arruinadas da velha povoação do

Jacuí. Das povoações da campanha, achou Lallemant que Alegrete, com suas sólidas casas brancas de telhados modernos e seu grande número de lojas, tinha foros de verdadeira cidade. São Borja ostentava ruas bastantes regulares, mas era povoação solitária e terna. Nas demais e antigas Missões, a civilização retrogradara. O trabalho lento da destruição ia de dia em dia desmoronando - escreveu Dreys - os templos elegantes e as moradas numerosas e regulares do tempo dos Sete Povos.

Os interiores e o mobiliário das casas da gente mais abastada no Brasil Meridional - nas cidades ou nas fazendas - foram se modificando no decorrer do século passado em conseqüência de vários fatores, dentre os quais o contato ou o conhecimento maior do que se passava na Europa ou nos Estados Unidos. No entanto, certa rusticidade da mobília e do conforto - mesmo em casas ricas de fazendas de café em São Paulo - persistiam, às vezes, contrastando curiosamente com o requinte de certos utensílios ou enfeites. Aposentos onde se guardavam arreios e silhões em grandes cavaletes. Quartos de negras em que se viam baús antigos, de pêlo malhado, com taxas de cobre. Despensas ou cozinhas de picumã no teto, com vasilhame e latas de mantimentos, e o fumeiro em que se pendurava couro de porco com toicinho salgado. Casas de fazenda em que dos forros dos salões, de tosco soalho e mobiliário rude, pendiam às vezes lustres magníficos de cristal fino trabalhado, e em armários-almanjarra, da maior rudeza - como escreveu Afonso de Taunay - se guardavam finíssimos serviços de porcelana francesa ou de Saxe. Em outras áreas - no planalto do Paraná e de Santa Catarina - a carência de recursos e a abundância da madeira estimularam a generalização de um tipo de interior de casa e de mobiliamento em que o soalho, as portas, as paredes, o teto, a mesa, os bancos, tudo era feito de tábuas e traves de pinho. Em certas povoações do extremo sul do Brasil Meridional, no entanto, parece que o mobiliário e a decoração de certas residências se aprimoraram na época em escala notável. Foi a impressão de Herbert Smith, visitando Pelotas em 1882: "Algumas das vivendas são muito lindas e quem entra nelas depara disposições de gosto e mobília excepcionais no Brasil, onde tanto há que fazer ainda na decoração interior".

De outra parte, modificações profundas sofreu em certas áreas da região, nesta etapa de sua formação, a dieta alimentar dos

moradores. Na área paulista, sobretudo em decorrência de dois fatores. Um, a redução da produção de gêneros e o seu encarecimento nas zonas em que a lavoura do café se tornou atividade absorvente. Outro, a introdução de certos alimentos pelos colonos europeus que se radicaram nas fazendas do Oeste a partir de meados do século.

No extremo sul da região - Rio Grande - continuava sendo a carne o alimento principal e pela carência do sal - notava Dreys - facilitava-se a digestão com a erva-mate, usada incessantemente. O uso da carne assada e do chimarrão foi adotado por alemães e italianos, que, em compensação inundaram todas as áreas rio-grandenses com a cerveja e o vinho, o macarrão e a polenta, estimulando novos hábitos alimentares. Também passaram a ostentar o predomínio de novos padrões alimentares as zonas do Paraná e de Santa Catarina, mais marcadas pela presença do recente colono europeu.

Quanto à indumentária, sabe-se que ela foi evoluindo, ao longo do período, para estilos estimulados pela importação de tecidos e figurinos da Europa, através da Corte. De início, com certo atraso. Em comédia de Martins Pena (escrita entre 1838 e 1846), um dos personagens aparece “vestido à paulista”: de botas brancas, calça e jaqueta de ganga azul e poncho de pano azul forrado de baeta encarnada, vestuário decerto rústico e fora de moda em relação aos usos do Rio de Janeiro. Os trajes regionais mais característicos, entretanto, se mantiveram com mais vigor na área da campanha sul-riograndense embora se deva ter em conta, como assinalava Dreys, que o gaúcho guardava pouco luxo para si, reservando para o arreamento do seu animal as manifestações de riqueza: o freio, os estribos (quando não eram caçambas de madeira) e todas as partes metálicas eram de prata, e mesmo muitas vezes as rédeas, os loros e algumas outras peças de couro se enfiavam em canudos de prata. Peças típicas do vestuário sul-riograndense eram, segundo o mesmo autor, o chiripá (pedaço de baeta amarrado em redor do corpo, da cintura para baixo) e o poncho, cobertura de lã grosseira aberta ao meio e que em campanha, estendido sobre quatro estacas, improvisava uma barraca onde se podia dormir. Quando montado e de poncho, este servia para aquecer o cavaleiro, transmitindo-lhe o calor do corpo do animal, que em parte cobria. O traje típico do gaúcho se transplantou para o planalto catarinense, observando um viajante que “no pequeno mundo serrano

semi-selvagem” de Lajes (1858) a nota de distinção de um cavaleiro de classe e riqueza consistia em um poncho de listas flutuando ao vento, esporas gigantescas tilintando a cada passo (as chilenas) e uma absurda quantidade de guarnições de prata nos arreios. Sabe-se, de outra parte, que alemães e italianos fixados no Rio Grande adotaram o uso dos ponchos, das esporas, dos chapéus de abas largas e das bombachas, melhorando, em contrapartida, os arreios do gaúcho (os alemães foram os primeiros fabricantes do serigote). Visitando a povoação de Santa Maria, assinalava Lallemand: “Imagina-se uma aldeia de feição alemã onde os jovens raramente tiram a espora e o poncho listrado”.

No capítulo da assistência médico-hospitalar pouco mais haveria a registrar - mesmo na área mais densamente povoada que era a paulista - que a tradicional existência da Santa Casa, cujos objetivos, segundo Daniel Pedro Müller, em trabalho de 1838, eram socorrer os desvalidos, criar os meninos expostos, curar enfermos pobres, tratar dos lázaros e dotar algumas meninas pobres dos Seminários.

Com relação às atividades educacionais houve progresso sensível com relação ao período anterior da formação regional. Perspectivas novas se criaram com a instalação, em São Paulo, do Curso Jurídico (1827) e do Gabinete Topográfico (1835), este com o objetivo de instruir seus alunos “nas matemáticas puras e desenhos necessários para estudarem suas aplicações às medições de terrenos, construções de pontes e estradas e conhecimento dos instrumentos que se empregam para esses fins”. Também, com a criação da Escola Normal (1846). Com o funcionamento do Seminário Episcopal, na capital, os colégios “São Luís” e “Patrocínio”, em Itu, o “Culto à Ciência”, em Campinas. No Paraná o desenvolvimento das instituições de ensino poderia ser assinalado com o registro da criação do Liceu de Curitiba (1857), que se transformou no Instituto Paranaense. No Rio Grande do Sul as iniciativas mais interessantes se traduziram na fundação do Liceu D. Afonso (1859) e na instalação do Ateneu Rio-grandense e da Escola Normal (1871).

Mas, de modo geral, reconhecia-se no fim do período monárquico a precariedade das instituições educacionais na região. “Em matéria de instrução” - dizia em 1887 no Relatório da Comissão Central de Estatística da Província de São Paulo - “ainda estamos muito atrasados, influenciando para tão elevado coeficiente de analfabetos a grande massa de

escravos e libertos existentes na província, a qual, por sua condição presente, vive e por muito tempo viverá fora do convívio da civilização”. Miserável feição apresentava também a instrução pública nas demais províncias sulinas.

Dessa forma, só uma restrita minoria da população se beneficiava do surgimento da imprensa, das bibliotecas e dos movimentos literários, que ocorreram sobretudo na área paulista. A Biblioteca Pública, em 1825. O primeiro jornal impresso - “O Farol Paulistano” - em 1827. E as sociedades que dispunham de revistas literárias - a Sociedade Filomática, o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, a Associação Culto à Ciência e outras - depois que se instalou a Academia de Direito, chegando ao seu apogeu em torno de 1860.

(**História do Brasil, geral e regional, Volume 5º, pp. 139-149. São Paulo, Cultrix, 1967**)